



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

27 DE JUNHO
PALÁCIO DO PLANALTO
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DURANTE REUNIÃO DO
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Senhores Membros do Conselho de Segurança Nacional:

Convoquei Vossas Excelências a essa reunião, para ouvi-los a propósito da anistia a crimes políticos, que pretendo propor ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 57, inciso VI, da Constituição.

Com a vigência da Emenda Constitucional n.º 11, supera-se um período que tornara necessários procedimentos às vezes traumáticos e de caráter excepcional. Importa notar, porém, que a conciliação da família brasileira, sendo um fim em si mesma, deve projetar-se sobre o futuro o ideário que nos inspirou nos últimos quinze anos, e haverá de inspirar as gerações futuras.

Não preciso relembrar aqui o muito que a Revolução de 1964 representou para o Brasil, em termos de desenvolvimento econômico e de paz social. Basta dizer que, sempre sob a iniciativa de seus chefes, ela conseguiu adaptar-se a circunstâncias tão variadas como as que vivemos nesse período. Soube, também, retomar

seus objetivos originais tão logo as condições o permitiram.

A concessão de anistia é, sempre, um ato unilateral de Poder. Pressupõe e enseja o desarmamento dos espíritos. Cria oportunidade para a convivência democrática dos contrários: idéias, partidos, pessoas. A anistia amplia o campo da atuação política.

Como em todos os fatos históricos, há sempre um momento propício a concedê-la. Assim como há uma extensão justa, para cada momento histórico. Acredito haveremos chegado a esse ponto.

A anistia que pretendo propor será suficientemente ampla. Cobrirá, no tempo, todos os crimes políticos e conexos, cometidos desde 2 de setembro de 1961 — data da última anistia, até 31 de dezembro de 1978 — data em que deixaram de vigor os Atos Institucionais e Complementares.

Abrangerá os que tiveram seus direitos políticos suspensos.

Contemplará os servidores dos três Poderes, nos níveis federal, estadual e municipal. Compreenderá, entre eles, indistintamente, os que serviam à administração direta e à indireta, inclusive as fundações vinculadas aos Poder Público.

Os civis e militares, demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, terão a possibilidade de requerer seu retorno ou reversão ao serviço ativo. A concessão desse benefício, entretanto, por motivos fáceis de compreender, dependerá de vaga e do interesse da administração. Este será verificado por uma comissão especial, no âmbito de cada Ministério.

Não poderão retornar, em qualquer caso, aqueles cujo afastamento tenha sido motivado por improbidade.

De qualquer forma, porém, assegura-se a contagem, para efeito de proventos da inatividade, do período decorrido desde o ato de punição.

Excluem-se dos benefícios da anistia somente os condenados pela Justiça Militar, em virtude da prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro, e atentado pessoal. Tais crimes não podem considerar-se estritamente políticos. A ação, no caso, não é contra o governo, ou o regime, mas contra a humanidade. Por isso mesmo em quase todo o mundo, têm-se como indispensáveis leis que coíbam esses atos.

Tais são, Senhores Membros do Conselho de Segurança Nacional, as linhas da anistia que pretendo propor. Na forma da Constituição, passo a ouvir Vossas Excelências.

Em primeiro lugar, ouço o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República.

Passo a ouvir, agora, os Senhores Ministros de Estado. Tem a palavra o Ministro da Justiça.

Tem a palavra o Ministro da Marinha.

Tem a palavra o Ministro do Exército.

Tem a palavra o Ministro das Relações Exteriores.

Tem a palavra o Ministro da Fazenda.

Tem a palavra o Ministro dos Transportes.

Tem a palavra o Ministro da Agricultura.

Tem a palavra o Ministro da Educação e Cultura.

Tem a palavra o Ministro do Trabalho.

Tem a palavra o Ministro da Aeronáutica.

Tem a palavra o Ministro da Saúde.

Tem a palavra o Ministro da Indústria e Comércio.

Tem a palavra o Ministro das Minas e Energia.

Tem a palavra o Ministro do Interior.

Tem a palavra o Ministro das Comunicações.

Tem a palavra o Ministro da Previdência e Assistência Social.

Tem a palavra o Ministro-Chefe do Gabinete Militar.

Tem a palavra o Ministro-Chefe do Gabinete Civil.

Tem a palavra o Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações.

Tem a palavra o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Tem a palavra o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento.

Tem a palavra o Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social.

Vou ouvir, agora, os Chefes de Estado-Maior.

Tem a palavra o Chefe do Estado-Maior da Armada.

Tem a palavra o Chefe do Estado-Maior do Exército.

Tem a palavra o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Senhores Membros do Conselho de Segurança Nacional:

Tendo ouvido Vossas Excelências, como manda a Constituição, quero agradecer-lhes a colaboração que me deram, em mais este ato. E, muito especialmente, o patriotismo e a compreensão da realidade brasileira, que demonstraram.

O projeto sofrerá, agora, os últimos retoques, o que peço ao Senhor Ministro da Justiça que providencie desde logo. Peço, também, ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, e Secretário-Geral deste Conselho, que remeta a cada membro do Conselho, para sua informação, cópia do projeto definitivo.

O próximo passo será o encaminhamento da proposta ao Congresso Nacional. Vou fazê-lo esta tarde, em solenidade compatível com o alcance da medida. Convido, portanto, Vossas Excelências para o ato público que se realizará, neste Palácio, logo mais, às quinze horas.

A nossa Revolução incorpora-se, assim, à História. Hoje, como amanhã, poderemos dizer tranqüilamente que — como os que viveram antes de nós nestes cinco governos revolucionários — presenciamos e participamos de um acontecimento irreversível. Por muitos e muitos anos, a Revolução continuará a marcar a profunda transformação qualitativa da sociedade brasileira.

Muito obrigado a Vossas Excelências.